

SUL DO SAVE: ESTABILIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO

Marc Wuyts

As Directivas Económicas e Sociais do Terceiro Congresso da FRELIMO salientam a importância do desenvolvimento e consolidação de um sector estatal forte que determine e domine o processo económico. Mais ainda, as directivas salientam que o desenvolvimento do sector estatal constituirá a base da formação de uma classe operária forte que, neste sector «deverá assumir um elevado nível de consciência de classe e de organização, de modo a desempenhar um crescente papel de direcção». O desenvolvimento da classe operária é definido no interior de uma estratégia total de desenvolvimento económico e social, na qual a agricultura constitui a base e a indústria o factor dinamizador e decisivo. Dentro desta perspectiva as directivas salientam que, numa primeira fase, a agricultura constitui a principal fonte de acumulação para o desenvolvimento económico. Daqui a importância do sector das machambas estatais e da formação de um forte proletariado agrário como base da construção do socialismo em Moçambique. Este artigo tenta contribuir para a análise da política de desenvolvimento e consolidação do sector estatal agrícola no Sul de Moçambique. Nele se defende que, nas províncias do Sul, o processo de estabilização da mão-de-obra rural tem lugar em condições muito específicas.

O campesinato do Sul foi extensivamente proletarizado, mas constituía uma força de trabalho assalariada não principalmente no interior da economia moçambicana, mas sim para a África do Sul. Esta proletarização do campesinato foi simul-

taneamente profunda e contínua. Foi uma forma de proletarização externa que teve importantes consequências para a natureza da agricultura capitalista no Sul. Esta última manteve-se em grande medida de pequena e média escala e assente grandemente numa força de trabalho instável e sazonal, tendo este facto por seu turno consequências no processo da formação de classes, já que não surgiu um proletariado rural dependente monetariamente do trabalho assalariado na agricultura.

Este processo de dependência do capital mineiro sul-africano e sua importação massiva de mão-de-obra moçambicana foi abruptamente interrompido após 1976 com o termo do sistema colonial, e com a transformação das relações económicas entre Moçambique e a África do Sul no período pós-independência. O resultado imediato da abrupta diminuição do recrutamento de mão-de-obra mineira por parte da África do Sul foi um intenso desemprego e subemprego rurais. Ao mesmo tempo, no entanto, esta quebra nas relações de dependência de Moçambique relativamente à África do Sul abriu caminho para novas transformações económicas. A força de trabalho moçambicana poderia a partir de então ser canalizada para o interior da economia de Moçambique, ou seja, poderia ser utilizada para desenvolver as forças de produção dentro de Moçambique.

A constituição do sector estatal agrícola foi, simultaneamente, uma resposta à desintegração da economia colonial e, ao mesmo tempo, um avanço muito significativo na estratégia geral de transformação.

A construção de uma economia socialista implica tanto um processo social como técnico de transformação da produção.

A transformação social terá lugar através do desenvolvimento preparado e estável, capaz de fazer elevar o nível de assumir a direcção e execução da produção. Esta transformação social precisa ser acompanhada e apoiada pela aplicação de poderosas forças materiais de produção. Conversamente, a transformação da base técnica de produção precisa corresponder à formação e consolidação de um proletariado tecnicamente preparado e estável capaz de fazer elevar o nível de produtividade.

No Sul, onde havia anteriormente pequenas herdades de colonos com investimentos, gestão, transportes e comercialização individuais e dispersos o sector estatal criou agora uma abertura para instituir investimentos sólidos e consolidados, com uma gestão planificada e racionalizada tanto do trabalho agrícola como da comercialização. Para se conseguir esta

transformação na produção tem de se optar por um padrão completamente diferente de utilização de mão-de-obra, como parte de uma política diferente de investimento, de tecnologia e de culturas.

Esta nova direcção deve inevitavelmente levantar a questão de correspondência das formas de utilização da mão-de-obra e da tecnologia, incluindo a mecanização, e o problema de como romper com os padrões de utilização de mão-de-obra herdados do período colonial.

O impacto distorcedor do passado colonial necessita ser rapidamente abordado.

A HERANÇA COLONIAL

A fracção dominante de capital que operava na região Sul de Moçambique era sem dúvida o capital mineiro sul-africano, que transformou o campesinato da área num exército industrial de reserva para as minas.

Em início dos anos 1970, em média, um de entre cada 5 trabalhadores adultos do sexo masculino das províncias do Sul estava a trabalhar nas minas.

Não se tratava de um campesinato que realizava apenas trabalho assalariado ocasional, mas um campesinato para o qual os salários das minas se tornaram a principal fonte de rendimento familiar.

Os salários das minas não só e meramente compravam os produtos essenciais de consumo, como eram ainda a principal fonte para aquisição de implementos agrícolas (enxadas, moinhos, etc.), reservatórios de água (nas áreas mais secas), bem assim como de gado. A agricultura camponesa familiar tornou-se assim dependente para sua própria reprodução do rendimento salarial.

Mesmo depois do Estado colonial ter imposto o cultivo forçado de algodão, tabaco, arroz, etc., ao campesinato, o rendimento proveniente do trabalho assalariado (em especial das minas) manteve o seu predomínio.

Registou-se alguma diferenciação entre o campesinato em resultado das culturas de rendimento. Assim surgiu um tipo de camponês médio que, após alguns contratos de trabalho assalariado, conseguiu adquirir meios de produção suficientes para estabelecer uma base agrícola. Mas mesmo este estrato não podia ser considerado como constituído por produtores independentes de mercadorias, dado que fora o trabalho assalariado quem produzira os instrumentos de produção iniciais

necessários para conseguir a independência «relativa» na agricultura. O estrato camponês mais extenso era o camponês pobre «proletarizado» para o qual o rendimento salarial continuou a ser uma necessidade para a aquisição de bens básicos de consumo do dia a dia. Para estes camponeses o trabalho assalariado é uma actividade de toda a vida, constituindo a agricultura familiar uma fonte secundária para prover a algumas das necessidades de consumo da família.

A linha divisória entre estes dois principais estratos camponeses não é de forma alguma nítida. Algumas más colheitas, perda de gado, doença na família, etc., poderiam significar que o camponês médio fosse obrigado a voltar outra vez para as minas para ganhar mais rendimento em dinheiro. Mas independentemente dos altos e baixos das famílias camponesas individuais estes dois estratos diferentes estabeleceram-se no seio do campesinato.

Foi em primeiro lugar este estrato de camponeses médios (que conseguiram a sua acumulação inicial investindo parte dos seus rendimentos salariais em implementos agrícolas, ferramentas artesanais e gado) que mais contribuiu para a produção de excedentes comercializados de caju, copra, milho e outras culturas.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial registou-se um afluxo acelerado de colonos ao Sul, o início da substituição de importações na industrialização, e a expansão dos transportes e do turismo. O desenvolvimento urbano assente numa crescente comunidade de colonos levou à rápida expansão da procura de alimentos de qualidade, e isto por seu turno levou ao crescimento de herdades de colonos em pequena e média escala que produziam especialmente para este mercado interno. Mas estes colonos do Sul enfrentavam graves problemas de fornecimento de mão-de-obra, já que não podiam competir com os salários pagos pela indústria mineira da RSA. O trabalho forçado foi o seu recurso, e quando o «chibalo» foi abolido formalmente em princípios dos anos 1960, os machambeiros tiveram de se apoiar numa variedade de formas escondidas de trabalho forçado, bem assim como para o uso intensivo de mão-de-obra infantil. O resultado foi que, embora as herdades de colonos se tivessem transformado na forma dominante de produção agrícola no Sul, não se desenvolveu um proletariado rural estável e experiente nessas herdades. Estas assentavam antes no nível de experiência e capacidade do colono e sua família, complementado pela mão-de-obra basicamente instável e semiforçada recrutada de entre o campesinato.

Ao contrário de anteriores latifúndios, no entanto, estas herdades de colonos desenvolveram-se e tornaram-se unidades de produção relativamente eficientes e com certo grau de mecanização (utilizando irrigação, tractores, fertilizantes, sementes melhoradas, etc.). As cidades de colonos em expansão asseguravam o crescimento regular de um mercado relativamente protegido de alimentos de qualidade e o Estado providenciava subsídios e serviços de extensão.

Com a conquista do poder pela FRELIMO, a fracção mais fraca do capital colonial, nomeadamente a burguesia e pequena burguesia colonial foram as primeiras a entrar em crise. Nas áreas rurais a sua táctica foi a sabotagem económica, a fuga de capitais e o êxodo. O Sul assistiu ao abandono massivo de herdades de colonos e à quebra dos circuitos de comercialização que, tal como a própria produção agrícola, dependiam do capital e da organização dos colonos. Esta crise da economia colonial também teve o seu impacto no campesinato, na medida em que a quebra dos circuitos de comercialização tornou a comercialização dos excedentes difícil ou impossível.

Simultaneamente o campesinato assalariado do Sul foi atingido por uma segunda crise. O ano de 1975 tinha sido um ano de recrutamento de ponta de mineiros moçambicanos, devido, no que respeita à indústria mineira, à súbita retirada de mão-de-obra do Malawi.

No entanto a partir de 1976 em diante começou a haver grandes cortes no recrutamento de mão-de-obra mineira moçambicana, para cerca de um terço a um quinto dos níveis anteriores. Ao mesmo tempo que se registaram cortes nos números o recrutamento passou a ficar limitado a determinadas categorias de trabalhadores experientes.

O impacto no campesinato variou. Os mais duramente atingidos foram os jovens camponeses para quem o trabalho assalariado era indispensável para o estabelecimento de novos lares agrícolas. Os camponeses médios também foram afectados por que: 1) dependiam muitas vezes de actividades artesanais para complementar os seus rendimentos, e/ou 2) ganhavam rendimento monetário extra através do aluguer de arados e charruas a famílias de mineiros ou através da venda dos seus excedentes alimentares. O escassear do fluxo monetário proveniente das minas reduzia a circulação interna de dinheiro no seio do campesinato em geral e o seu impacto foi portanto mais amplo do que apenas as famílias dos mineiros.

A economia colonial experimentou assim duas crises simultâneas à medida que estava a ser desmantelada: o rendimento

das minas foi cortado e o rendimento dos excedentes comercializáveis dos camponeses foi reduzido em consequência da quebra na comercialização. Muitos operários-camponeses deslocaram-se do campo para as cidades em busca de trabalho assalariado, mas essencialmente este desemprego tinha origens rurais que residiam no corte abrupto de uma dependência histórica por parte dessas economias camponesas relativamente ao trabalho assalariado nas minas.

É particularmente importante salientar que a redução no recrutamento de mão-de-obra mineira não implica que o operário-camponês possa regressar completamente à sua base agrícola porque esta última dependia, para sua própria reprodução, do trabalho assalariado para financiar implementos essenciais.

A reabsorção desta mão-de-obra tornada redundante pelo sector mineiro da RSA coloca problemas difíceis ao período do pós-independência. A curto e médio prazos as cidades e a indústria têm pouca capacidade para absorver mão-de-obra adicional. Isto porque a estrutura urbana de emprego herdada da economia colonial se caracterizava por uma predominância de trabalhadores improdutivos entre os trabalhadores assalariados.

Assim, a maior força de trabalho era numericamente constituída por empregados domésticos e, com o êxodo dos colonos depois da independência, muitos deles ficaram desempregados. Também os sectores ligados ao turismo e ao consumo dos colonos (restaurantes, hotéis, bares e serviços correlativos) absorviam dantes parte considerável da força de trabalho assalariada urbana mas, depois da independência, estes sectores foram também consideravelmente reduzidos em número. Assim, as próprias cidades enfrentam o problema de ter de reestruturar o emprego assalariado urbano e isto implica inevitavelmente a necessidade de canalizar a actividade produtiva duma parte desta força de trabalho desempregada para a agricultura, como no caso, por exemplo, dos esquemas para as Zonas Verdes.

Um segundo óbice a curto prazo para a absorção de mão-de-obra no interior dos sectores produtivos da indústria, construção, portos e caminhos de ferro é que a recuperação e expansão da capacidade produtiva está ainda sujeita à falta de divisas estrangeiras que permitam a importação de matérias-primas, materiais de construção e substituição de investimentos, bem assim como no caso do sector de transportes a redução do tráfego. Assim nestes sectores produtivos principais a absorção mesmo do desemprego urbano está retardada pela actual subutilização da capacidade produtiva.

Desta forma, a curto/médio prazo é precisamente dentro da própria economia rural que tem de surgir a resposta a esta crise do campesinato.

O TRABALHO ASSALARIADO E O SECTOR DAS MACHAMBAS ESTATAIS

Imediatamente após a Independência, a nacionalização da terra e o Decreto 16/75 do Governo de Transição forneceram ao Governo os instrumentos legais para intervir na crise provocada pelo abandono maciço das herdades coloniais, especialmente as que se situavam nos vales do Limpopo-Incomati, e para organizar um desenvolvimento coordenado da produção em grande escala. Na ocupação das machambas abandonadas os então recém-estabelecidos Grupos Dinamizadores desempenharam papel crucial. Em resultado da intervenção do Governo, centralmente e ao nível de base, as velhas herdades coloniais foram reestruturadas e transformadas em machambas estatais (e algumas em cooperativas), tornando-se unidades mais amplas, tendo sido portanto alcançado um importante avanço no estabelecimento da base da produção colectiva na economia rural, e para se conseguir uma política coordenada para desenvolvimento do processo de produção.

Neste contexto de medidas de transformação, a redução abrupta no recrutamento de camponeses-operários para as minas pôs em evidência a importância da ruptura com os padrões herdados de dependência económica relativamente à África do Sul. Para Moçambique se poder desenvolver na transformação socialista teria de eliminar ao longo do tempo a exportação de mão-de-obra, e virar a força de trabalho para dentro a fim de desenvolver as forças produtivas. Com efeito, ao longo do período colonial, mesmo o desenvolvimento das herdades dos colonos foi prejudicado pela sua necessária dependência de uma mão-de-obra instável e forçada: isto é, a ausência de um proletariado agrário impediu o desenvolvimento das forças produtivas na economia rural do Sul de Moçambique.

O problema, para uma economia em reconstrução, não provém da eliminação da exportação de mão-de-obra mineira, mas da grande brusquidão do corte. O campesinato das províncias do Sul está profundamente dependente dos rendimentos salariais; é esta sem dúvida a característica dominante deste campesinato. Assim a expansão do trabalho assalariado na agricultura constitui uma necessidade estrutural. O sector estatal

pode responder tanto às suas próprias necessidades de elevação da produtividade como ainda à necessidade sentida pelo sector camponês de emprego estável através de um proletariado rural estável. Mas isto implica, por seu turno, que o sector das machambas estatais efectue um corte radical com os padrões herdados de utilização de mão-de-obra das anteriores machambas coloniais. Este um empreendimento árduo mas fundamental que implica uma cuidadosa escolha e diversificação de culturas já que estas afectam criticamente os padrões de absorção de trabalho e a taxa de expansão do trabalho assalariado, a diversificação e a escolha de técnicas, incluindo a escolha do grau e métodos da mecanização já que se trata de conjuntos de factores que condicionam o padrão sazonal de absorção de trabalho e a taxa de expansão do trabalho assalariado em geral.

MÃO-DE-OBRA SAZONAL

A agricultura dos colonos dependia de mão-de-obra assalariada barata que era garantida através de baixas taxas salariais ou de formas escondidas de trabalho forçado, e também através do recurso a um padrão altamente sazonal de absorção de trabalho. Isto passou-se assim particularmente no caso da monocultura de arroz — a cultura mais importante do Sul de Moçambique que constituía cerca de 22 % do valor produtivo bruto das culturas agrárias no Sul, e mais de 40 % da produção comercializada.

A utilização de mão-de-obra sazonal foi um recurso concebido pelos empresários capitalistas, preocupados em minimizarem os custos de produção, acima de tudo através de economias feitas no custo do trabalho. A herdade de colonos que empregava em larga medida mão-de-obra sazonal para colher arroz, por exemplo, conseguiu ajustar esta utilização de mão-de-obra aos requisitos de um ciclo agrícola específico que, por sua vez, permitia tal uso limitado de trabalho assalariado. Mas para o camponês-operário, o salário representa parte essencial do rendimento familiar. O emprego a baixos salários durante apenas um curto período de tempo (dois ou/ a quatro meses na colheita do arroz, por exemplo) não cobria os custos da reprodução familiar. Desta forma, a agricultura familiar não só era indispensável para assegurar a reprodução dos produtores camponeses, como ainda subsidiava e garantia a rentabilidade da agricultura dos colonos assente na mão-de-obra barata.

Inevitavelmente o sector estatal agrícola teria de herdar este padrão colonial de utilização sazonal de mão-de-obra. Um estudo efectuado no Baixo Limpopo revelou que cerca de dois terços dos homens não trabalharam mais do que 3 meses no ano na machamba estatal, tendo auferido assim nesse ano 4.500 MT ou menos. No que respeita às mulheres, a brevidade dos tempos de trabalho é ainda mais pronunciada. Como é evidente, num caso destes, embora a machamba estatal constitua a forma de produção dominante em termos de produção e dimensão na área, para a maioria do campesinato não pode constituir a forma dominante de actividade produtiva e de rendimento. Para a família camponesa a agricultura familiar constitui a principal fonte de subsistência. Este padrão de utilização de mão-de-obra, a continuar, poderá ter diversas implicações. Na ausência de outras fontes de emprego, a utilização generalizada de mão-de-obra sazonal poderá ter efeito destabilizador na capacidade da agricultura camponesa alcançar os níveis de produção anteriores. Em zonas de relativa falta de terras, ou de escassez de boas terras, a expansão do sector de machambas estatais poderá fazer-se à custa da agricultura familiar e sua viabilidade. Uma agricultura familiar menos viável iria por seu turno virar-se para aberturas relativas a trabalho assalariado no sector estatal, e assim se criaria um ciclo em espiral de um campesinato dependente do salário e de uma capacidade de absorção de mão-de-obra limitada.

O problema da expansão em si do sector estatal é portanto ele poder deslocar produtores camponeses sem lhes oferecer uma base produtiva de alternativa.

Do ponto de vista do sector das machambas estatais a continuação da utilização de mão-de-obra sazonal traz graves desvantagens. A produtividade na agricultura não depende apenas da disponibilidade e capacidade dos meios de produção, já que a sua eficácia está condicionada à presença de uma força de trabalho estável e experiente. A absorção de trabalho e a estabilidade da força de trabalho não é meramente um objectivo da política social (para aumentar o desemprego rural e os baixos níveis de subsistência) mas sim um objectivo principal da política económica. É indispensável para se conseguirem obter maiores níveis de produtividade. Uma força de trabalho experiente que sabe manejar técnicas de irrigação, ou reconhecer doenças das plantas é condição fundamental para elevar a produção, obtida a partir de determinados recursos materiais. A aquisição de experiência, programas educativos para os trabalhadores e a participação dos trabalhadores

na planificação e execução das campanhas agrícolas implica a redução da instabilidade da mão-de-obra.

Na medida em que a instabilidade e a grande rotação de mão-de obra são produto de um padrão particular de utilização de culturas, medidas de estabilização de mão-de-obra requeririam um cuidadoso repensar dos padrões de culturas. A monocultura com a sua utilização de mão-de-obra altamente sazonal faz tanto parte dos padrões de produção coloniais como o chibalo ou a mão-de-obra sazonal instável.

Até esta altura, o nosso raciocínio tem duas faces. Por um lado há a função indispensável do sector das machambas estatais na elevação do nível das forças produtivas e o papel crucial de uma força de trabalho estável e experiente neste processo. Por outro lado há a necessidade de se reconhecer que as machambas estatais no Sul operam em regiões de excedente de mão-de-obra provocado pelo impedimento de acesso de uma força de trabalho camponesa-operária a anteriores áreas de emprego. As duas faces do raciocínio são aspectos da mesma condição no Sul, e os problemas de uma precisam ser resolvidos pela solução do outro.

Uma conclusão geral é inevitável: a curto e médio prazo o rápido crescimento do emprego agrícola assalariado implica que a tecnologia a utilizar nas machambas estatais deva ser, não de natureza substitutiva relativamente à mão-de-obra, mas de natureza absorvedora de trabalho. Não que não se deva utilizar qualquer forma de mecanização, mas que a forma a utilizar deva ser extremamente bem pensada e considerada.

É importante lembrar o carácter bastante flexível do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Há pelo menos duas estratégias principais para elevar o nível das forças produtivas.

Uma primeira estratégia poderia ser a concentração nas forças de produção que aumentam o rendimento por hectare, tais como esquemas de irrigação, fertilizantes, melhores sementes, pesticidas, bem assim como uma melhor rotação de culturas e a organização da diversificação de culturas em função dos padrões de utilização de mão-de obra. Estas melhorias implicam métodos de cultivo mais intensivos que elevam a produtividade do trabalho através do aumento de rendimentos. Tais tecnologias implicam a utilização de mais mão-de-obra e não de menos, mesmo enquanto acompanhada de um certo grau de mecanização parcial e portanto a produtividade aumenta a par com a absorção de mão-de-obra.

Outra estratégia seria aumentar as forças de produção substituindo os homens por máquinas.

Poderia haver diversos graus de mecanização, desde a substituição quase completa, e portanto expulsão da mão-de-obra da produção, até uma mecanização parcial para poupar mão-de-obra em determinadas operações como, por exemplo, colheita e lavra.

De modo geral as machambas estatais no Sul de Moçambique desenvolveram-se na base de um alto grau de mecanização que inclui tanto a agricultura de irrigação com altos custos de insumos (de sementes, fertilizantes, pesticidas), juntamente com a instalação de mais maquinaria agrícola. A concepção parece ter sido a de combinar as técnicas de melhoria de rendimento e de poupança de mão-de-obra em proporções algo fixas, ao invés de flexíveis. A noção de que num sistema de produção de monocultura como o Vale do Limpopo a produção agrícola necessita de coeficientes tecnológicos fixos, tendeu a acentuar o padrão sazonal de utilização de mão-de-obra ao longo do ano agrícola e limitou simultaneamente o emprego de mão-de-obra a operações específicas. Neste caso o desenvolvimento de uma força de trabalho estável e crescente é grandemente contrariada pela escolha tecnológica.

Esta conclusão necessita de provas conclusivas bastante mais consideráveis do que as já disponíveis. Um estudo do CEA que foi realizado no complexo de machambas estatais da Moamba (Bloco 3, Zona A) revelou que havia considerável excesso de emprego na machamba, a pontos de 28 por cento do tempo de trabalho disponível não ser utilizado. A produção sazonal deixava parte insignificativa da força de trabalho empregue desocupada no decurso de determinadas operações do ano agrícola. O estudo de uma machamba de arroz no Limpopo revelou estatísticas de emprego que mostravam claramente como a monocultura utiliza a mão-de-obra apenas durante uma parte menor do ano. Este padrão de níveis muito baixos de absorção de mão-de-obra tem vindo desde então a ser confirmado numa escala maior no complexo agro-industrial do CAIL que, de acordo com uma recente notícia do jornal («Notícias», 12-6-81), utilizou um total de 9500 trabalhadores, tendo 70 por cento desta força de trabalho sido recrutada apenas numa base sazonal e utilizada para uma ceifa de 25 a 30 dias. A monocultura combinada com um alto grau de mecanização levou inevitavelmente a uma força de trabalho estável extremamente reduzida. O mesmo artigo do jornal

chamava a atenção para a dificuldade que mesmo assim o CAIL teve no recrutamento desta força de trabalho sazonal; a causa talvez resida nas condições de um campesinato que necessita de algo mais do que um esporádico trabalho sazonal. E, conversamente, a solução poderá ser encontrada em medidas que estabeleçam uma correspondência positiva entre as necessidades de um forte sector estatal e as da população circundante de produtores rurais.

Os argumentos desenvolvidos mais atrás não devem, de forma alguma, ser interpretados como argumentos «absolutos» a favor de métodos de produção exclusivamente de utilização intensiva de mão-de-obra, contra a mecanização. Numa perspectiva mais a longo prazo, é bastante evidente que o desenvolvimento implica que a mão-de-obra seja libertada do sector agrícola para ser empregue na indústria sem que daí resulte uma diminuição da produção agrícola (e de facto com uma consequente elevação tanto nos excedentes comercializáveis como dos excedentes investíveis na agricultura). Tal processo só é possível elevando o nível de mecanização do sector agrícola a fim de aumentar a produção «per capita» ao mesmo tempo que se liberta a mão-de-obra da agricultura.

As condições concretas da fase actual, contudo, não são constituídas pela necessidade de libertar mão-de-obra da agricultura a fim de viabilizar a industrialização, mas antes enfrentar uma severa crise das estruturas económicas coloniais que se manifesta na desintegração da economia camponesa, quer através da rutura das redes de comercialização, quer através da crise do operário-camponês, quer em ambas. A questão hoje não é «libertar» a mão-de-obra, mas «absorvê-la» na agricultura a fim de prevenir a agudização da crise do campesinato. O argumento base que aqui se defende é que a estabilização e expansão do trabalho assalariado empregue pelo sector das machambas estatais constitui a força principal na reestruturação da economia rural, e que isto requiere que o desenvolvimento das forças produtivas permita a elevação da produtividade e simultaneamente a absorção de mão-de-obra. Desta forma a agricultura torna-se a base sobre a qual se pode construir o processo de industrialização.

Se se desejar libertar a mão-de-obra da agricultura para construir a indústria a longo prazo, tem de se começar por absorver mão-de-obra no interior da agricultura a fim de estabilizar e controlar o ritmo a que a mão-de-obra pode ser libertada da agricultura para ser transferida para a indústria sem se criar o desemprego no decurso do processo.